

1. - The Rule of Law in Brazil:

Brazil is a Federative Republic, with a President in charge of the Executive Power, and well established Legislative and Judiciary Powers.

The country has more than 200 million habitants, being a very relevant economy in the World, with a Gross Domestic Product (official exchange rate) higher than 2 trillions of dollars.

The State is divided in the Union, 26 States, and more than 5.000 Municipalities. To Relevant Facts in Brazil concerning the past 20 years (1998 – 2018) access <https://rdc.pro.br/brazil>

2. - Human rights in Brazil, fundamental freedoms and social rights:

The Brazilian Federal Constitution protects the rights of intimacy, of privacy, the honor, the image (Article 5, X) and the confidentiality of mail as well as the secrecy of electronic communication means, excepting in cases of criminal justice (Article 5, XII).

Also, it is estated the right to access to information, observing the source's secrecy when necessary to professional practice (Article 5, XIV), and the right of property (Article 5, XXII), including its social function (Article 5, XXIII). There is habeas data (Article 5, LXXI). Additionally, the Brazilian Federal Constitution, in the Article 5, protects the rights to life, liberty, equality, security and property.

In practical terms, concerning to *Violence*, even with organized violence trough the nation in some isolated events, the country do not live in civil war, nor in an explicit dictator environment, nor with war with third countries. There is no right to the citizens have guns, as well as there is no death penalty in the criminal legal system. There are

1. - O Estado de Direito no Brasil:

O Brasil é uma República Federativa, com um Presidente chefiando o Poder Executivo, e Poderes Legislativos e Judiciários bem estabelecidos.

O país tem mais de 200 milhões de habitantes, sendo uma economia muito relevante no mundo, com um Produto Interno Bruto (taxa de câmbio oficial) superior a 2 trilhões de dólares.

O Estado está dividido na União, 26 Estados e mais de 5.000 Municípios. Para Fatos Relevantes no Brasil dos últimos 20 anos (1998 - 2018) acesse <https://rdc.pro.br/brazil>

2. - Direitos humanos no Brasil, liberdades fundamentais e direitos sociais:

A Constituição Federal brasileira protege os direitos de intimidade, de privacidade, da honra, de imagem (art. 5º, X), bem como a confidencialidade de correspondência e o sigilo dos meios eletrônicos de comunicação, exceto nos casos de justiça criminal (art. 5º, XII).

Também estatui a Carta Magna o direito de acesso à informação, observando o sigilo da fonte quando necessário à prática profissional (art. 5º, XIV), e o direito de propriedade (art. 5º, inciso XXII), incluindo sua função social (art. 5º, XXIII) . Há habeas data (Artigo 5, LXXI). Além disso, a Constituição Federal brasileira, no Artigo 5º, protege os direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

Em termos práticos, no que diz respeito à *Violência*, mesmo com a violência organizada através da nação em alguns eventos isolados, o país não vive em guerra civil, nem em uma ditadura explícita, nem em guerra com países terceiros. Não há direito para os cidadãos terem armas, assim como não há pena de morte no

about 1 million of lawyers in Brazil (2018).

Concerning to *Education*, there is a public system of education for all, but the best education (for children and teenagers) is on the private sector, being the scholar years in Brazil divided in Basic Education (for children until 5), the Fundamental Education (from 6 to 14 years), and the Middle Education (from 15 to 17). After these steps, there is the Superior Education in College/Faculty (that can be from 3 to 6 years). Also, there are a lot of post-graduate courses in the country (*latu* and *strictu sensu*), as well as the existence of education focused in the professional side. There are about more than 2.000 Institutions of Superior Education in Brazil.

Concerning to *Health System*, there is the public sector for all, and the private sector for whom can pay. There are about 400,000 doctors in Brazil according to the Federal Council of Medicine (2018's data).

3. - Brazilian relevant legislation:

General:

- Brazilian Federal Constitution: from 1.988, with 99 Amendments (2.018)
- Brazilian Civil Codex: Federal Law 10.406/2.002
- Brazilian Criminal Codex: Law-Decree 2.848/1.940
- Brazilian Civil Procedure Codex: Federal Law 13.105/2.015
- Brazilian Criminal Codex: Law-Decree 3.689/1.941

sistema legal criminal. Existem cerca de 1 milhão de advogados no Brasil (2018).

No que diz respeito à Educação, existe um sistema público de educação para todos, mas a melhor educação (para crianças e adolescentes) é do setor privado, sendo os anos escolares no Brasil divididos em Educação Básica (para crianças até 5 anos), Educação Fundamental (dos 6 aos 14 anos) e do Ensino Médio (dos 15 aos 17 anos). Após estes passos, há a Educação Superior na Faculdade (que pode ser de 3 a 6 anos). Além disso, existem muitos cursos de pós-graduação no país (*latu* e *strictu sensu*), assim como a existência de cursos profissionalizantes. Existem mais de 2.000 Instituições de Ensino Superior no Brasil.

No que diz respeito ao Sistema de Saúde, existe o setor público para todos e o setor privado para quem pode pagar. Existem cerca de 400 mil médicos no Brasil, segundo o Conselho Federal de Medicina (dados de 2018).

3. - Normas brasileiras relevantes:

Gerais:

- Constituição Federal: de 1.988, com 99 Emendas (2.018)
- Código Civil Brasileiro: Lei Federal 10.406/2.002
- Código Criminal Brasileiro: Decreto-Lei 2.848/1.940
- Código de Processo Civil: Lei Federal 13.105/2.015
- Código de Processo Penal: Decreto-Lei 3.689/1.941

Assessment of Data Protection in Brazil
(GDPR, Art. 45, 2)

Avaliação da Proteção de Dados no Brasil
(GDPR, Art. 45, 2)

- Brazilian Tax Codex: Federal law 5.172/1.966

- Brazilian Labor Codex: Law-Decree 5.452/1.943

Sectorial:

- Law on National Brazilian Informatics Policy: Federal Law 7.232/1.984

- Brazilian Law on Internet: Federal Law 12.965/2.014, Decree 8.771/2.016

- Brazilian Law on Intellectual Property: Federal Law 9.279/1.996

- Brazilian Law of Software: Federal Law 9.609/1.998

- Brazilian Consumer Protection Code: Federal Law 8.078/1.990

- Brazilian Law of Public-Keys Infra-Structure: Norm MP 2.200-2/2001

- Brazilian Law on Cyber Crimes: 12.735 and 12.737/2.012

- Defense Center of Cyber Protection from the Brazilian militaries: Norm nº 666/2.010

- Brazilian Intelligence Agency: Federal Law 9.883/1.999, Presidential Decree 4.376/2.002, Decree 8.905/2.016

- Electronic medical record of sensitive medical data: Resolution 1.821/2.007, of the Federal Council of Medicine

- Data of Drugstore users: Resolution n. 44/2.009, of the National Sanitary Surveillance Agency – ANVISA and Federal Law 13.021/2.014

- Código Tributário Brasileiro: Lei Federal 5.172/1.966

- Consolidação das Leis Trabalhistas: Decreto-Lei 5.452/1.943

Setorial:

- Lei sobre a Política Nacional de Informática: Lei Federal 7.232/1.984

- Marco Civil da Internet: Lei Federal 12.965/2.014, Decreto 8.771/2.016

- Lei Brasileira Propriedade Industrial: Lei Federal 9.279/1.996

- Lei do Software: Lei Federal 9.609/1.998

- Código de Defesa do Consumidor: Lei Federal 8.078/1.990

- Lei de Infra-estrutura de Chaves-Públicas - ICP: MP 2.200-2/2001

- Leis de Crimes Digitais: 12.735 e 12.737/2.012

- Centro de Defesa Cibernética, do Ministério da Defesa: Portaria Normativa nº 666/2.010

- Agência Brasileira de Inteligência - ABIN: Lei Federal 9.883/1.999, Decreto Presidencial 4.376/2.002, Decreto 8.905/2.016

- Protuário eletrônico de dados médicos sensíveis: Resolução 1.821/2.007, do Conselho Federal de Medicina

- Dados de usuários de Farmácias: Resolução 44/2.009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Lei Federal 13.021/2.014

- Establishes a mandatory standard to the exchange of data's user of the Supplementary System of Health: Norm 305/2.012, of the National Agency of Supplementary Health – ANVISA

- Establishment of abusiveness in the act of sending data to third parties without prior consent of the consumer: Norm 05/2.002, of the Secretary of Economic Law of the Ministry of Justice – SDE/MJ

4. - The access of Brazilian public authorities to personal data:

The natural rule is that public authorities creates, collects and manage data of all citizens, by different metrics. It is common the exchange of data among public entities.

E-government is present in all spheres of government, being the tax return made by eletronic and online way, as well as services from Municipalities and Federative States.

Eletronic judicial process, with existence in all Courts of the country, is the rule in an universe of more than 120 million of judicial process, with only 18.000 judicial judges (at 2018, according to the Brazilian National Counsel of Justice).

At the end, exceptionally, when necessary and if applicable to the concrete case, for an issue of justice's service, Brazilian Judges can request since banking and tax data to a health personal information or an information that is on a smartphone, aiming to get closer to the truth of the fact in a judicial prove. The Brazilian Federal Revenue uses even social media of citizens to investigate the patrimonial situation, but baking and tax confidentialitys are the rules.

- Estabelece um padrão obrigatório para a troca de dados de usuários do Sistema de Saúde
Complementar: Resolução Normativa 305/2.012

- Estabelecimento de abuso no ato de enviar dados a terceiros sem o consentimento prévio do consumidor: Norma 05/2.002, da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça – SDE/MJ

4. - O acesso de autoridades brasileiras aos dados pessoais:

A regra natural é que as autoridades públicas criam, coletam e gerenciam dados de todos os cidadãos, por diferentes métricas. É comum a troca de dados entre entidades públicas.

O governo eletrônico está presente em todas as esferas de governo, sendo a declaração de impostos feita por meio eletrônico e on-line, bem como serviços de Municípios e Estados Federativos.

O processo judicial eletrônico, com existência em todos os Tribunais do país, é a regra em um universo de mais de 120 milhões de processos judiciais, com apenas 18.000 juízes (em 2018, segundo o Conselho Nacional de Justiça).

Ao final, excepcionalmente, quando necessário e se aplicável ao caso concreto, para uma questão de justiça, os Juízes Brasileiros podem solicitar desde dados bancários e fiscais até uma informação pessoal de saúde ou uma informação que esteja em um smartphone, visando a busca da verdade do fato em uma prova judicial. A Receita Federal do Brasil usa até mesmo mídias sociais de cidadãos para investigar a situação patrimonial, mas as regras são os sigilos bancário e tributário.

5. - Implementation of legislation on data protection rules, professional rules and security measures in Brazil:

- Concerning to protection rules, in the year of 2018 appears the Law Project n. 53/2018, of the Brazilian House of Deputies.
- Concerning to the IT professional, there is the Law Project n. 420/2016, of the Brazilian Senate.

6. - Rules for the onward transfer of personal data to another third country or international organisation:

- Brazilian Law on Internet (Federal Law 12.965/2.014), Art. 11
- Federal Law 12.965/2.014, Art. 7, VII, VIII, IX, XIII

7. - Effective and enforceable data subject rights and effective administrative and judicial redress for the data subjects whose personal data are being transferred:

- Brazilian Law on Internet (Federal Law 12.965/2.014), Art. 11
- Brazilian Law on Internet (Federal Law 12.965/2.014), Art. 7, XIII + Brazilian Consumer Protection Code (Federal Law 8.078/1.990), Art. 12
- Brazilian Civil Codex, Articles 186, 187, 927

8. - The existence and effective functioning of one or more independent supervisory authorities:

5. - Implementação de legislação sobre normas de proteção de dados, normas profissionais e medidas de segurança no Brasil:

- No que diz respeito às regras de proteção de dados, no ano de 2018 surge o Projeto de Lei n. 53/2018, da Câmara dos Deputados do Brasil.
- Em relação ao profissional de TI, existe o Projeto de Lei n. 420/2016, do Senado brasileiro.

6. - Regras para a transferência subsequente de dados pessoais para outro país terceiro ou organização internacional:

- Lei Brasileira de Internet (Lei Federal 12.965 / 2.014), art. 11
- Lei Federal 12.965 / 2.014, art. 7, VII, VIII, IX, XIII

7. - Direitos efetivos e executáveis dos titulares de dados e reparação administrativa e judicial efetiva para os titulares de dados cujos dados pessoais estão a ser transferidos:

- Lei Brasileira da Internet (Lei Federal 12.965 / 2.014), Art. 11
- Lei Brasileira da Internet (Lei Federal 12.965 / 2.014), Art. 7, XIII + Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078 / 1.990), Art. 12
- Código Civil Brasileiro, Artigos 186, 187, 927

8. - Existência e funcionamento eficaz de uma ou mais autoridades de supervisão independentes:

Assessment of Data Protection in Brazil
(GDPR, Art. 45, 2)

Avaliação da Proteção de Dados no Brasil
(GDPR, Art. 45, 2)

- Brazilian Agency of Telecommunications – Anatel
(founded by the Federal Law 9.472/1.997)

- Brazilian Internet Steering Committee – CGI.br

- Brazilian National Computer Emergency
Response Team – CERT.br

- Entity for the Protection of Consumers – Procon

- Executive Power – Police

- Judiciary Power

Total of cyber attacks in Brazil, according to
Brazilian National Computer Emergency
Response Team – CERT.br:

- Agência Brasileira de Telecomunicações - Anatel
(fundada pela Lei Federal 9.472 / 1.997)

- Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br

- Centro de Estudo, Resposta e Tratamento de
Incidentes de Segurança no Brasil - CERT.br

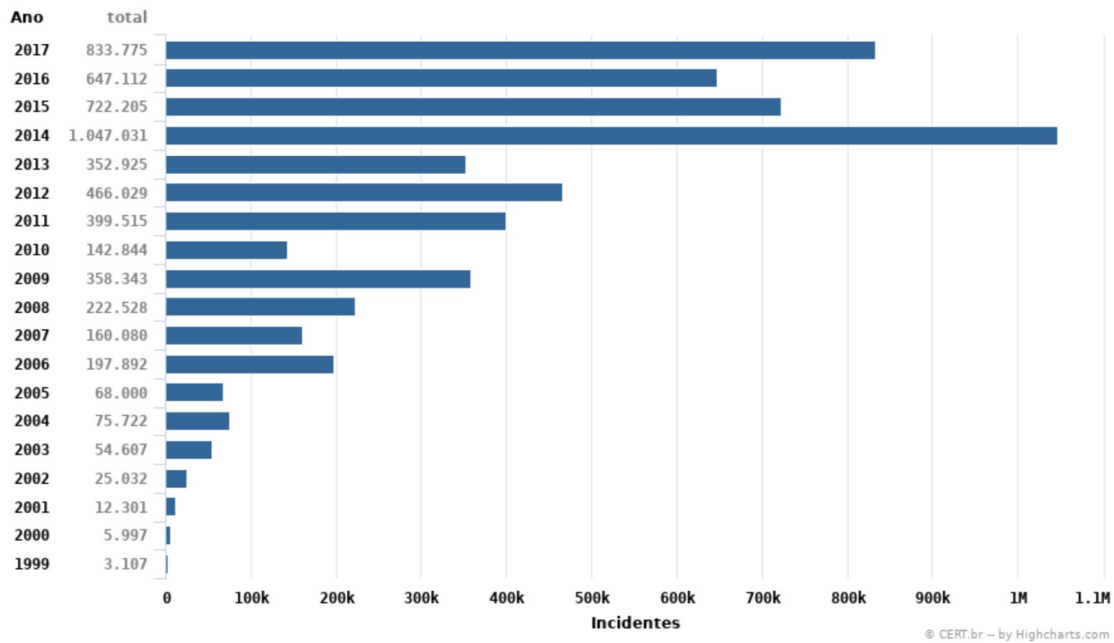
- Programa de Proteção e Defesa do Consumidor -
Procon

- Poder Executivo - Polícia

- Poder Judiciário

Total de ataques cibernéticos no Brasil, de acordo
o Centro de Estudo, Resposta e Tratamento de
Incidentes de Segurança no Brasil - CERT.br:

Total de Incidentes Reportados ao CERT.br por Ano



Source: <https://www.cert.br/stats/incidentes/>,
accessed at 15th June 2018

Fonte: <https://www.cert.br/stats/incidentes/>,
acessado em 15 de Junho de 2018

Assessment of Data Protection in Brazil
(GDPR, Art. 45, 2)

Avaliação da Proteção de Dados no Brasil
(GDPR, Art. 45, 2)

The Brazilian Internet Steering Committee is composed of 21 members – CGI.br:

- nine representatives from the Federal Government
 - Ministry of Science, Technology and Innovation;
 - Ministry of Communication;
 - Presidential Cabinet;
 - Ministry of Defense;
 - Ministry of Development, Industry and Foreign Trade;
 - Ministry of Planning, Budget and Management;
 - National Telecommunication Agency;
 - National Council for Scientific and Technological Development;
 - National Council of State Secretariats for Science, Technology and Information Issues - CONSECTI.
- Four representatives from the corporate sector
 - Internet access and content providers;
 - Telecommunication infrastructure providers;
 - Hardware, telecommunication and software industries;
 - Enterprises that use the Internet.
- Four representatives from the third sector
- Three representatives from the scientific and technological community
- One Internet expert

O Comitê Gestor da Internet no Brasil é composto por 21 membros – CGI.br:

- nove representantes do Governo Federal
 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
 - Ministério da Comunicação;
 - Gabinete Presidencial;
 - Ministro da defesa;
 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
 - Agência Nacional de Telecomunicações;
 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
 - Conselho Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Quatro representantes do setor corporativo
 - Acesso à Internet e provedores de conteúdo;
 - Provedores de infra-estrutura de telecomunicações;
 - Indústrias de hardware, telecomunicações e software;
 - Empresas que usam a Internet.
- Quatro representantes do terceiro setor
- Três representantes da comunidade científica e tecnológica
- Um especialista em Internet

9. - International commitments in relation to the protection of personal data:

- Convention on Mutual Assistance in Tax Issues, of OCDE, with automatic exchange of tax/patrimonial informations among the signed countries (Decree 8.842/2.016), observing the Article 22 regarding to the secrecy of the exchanged personal data.

9. - Compromissos internacionais em matéria de protecção de dados pessoais:

- Convenção sobre Assistência Mútua em Questões Tributárias, da OCDE, com troca automática de informações tributárias/patrimoniais entre os países signatários (Decreto 8.842/2.016), observado o Artigo 22 em relação ao sigilo dos dados pessoais trocados.

by/por [*Rafael De Conti*](#)